



Universidade de Brasília

Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Licenciatura em Letras/Português
Monografia em Literatura

SILVIA REGINA PORTELA DE SOUZA
05/93192

**A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS
ÁGUAS EM *AVIEIROS*, DE ALVES REDOL**

MENÇÃO	
---------------	--

ORIENTADOR: EDVALDO APARECIDO BERGAMO

Brasília - DF
2012

SUMÁRIO

Introdução	01
1 O Neo – Realismo literário Português	02
2 O mundo do trabalho na obra de Alves Redol	10
3 <i>Avieiros</i> : nômades das águas e resistentes à exploração	24
Conclusão	34
Referências bibliográficas	37

INTRODUÇÃO

A representação dos trabalhadores na obra de Redol é fundamentada na análise das características dos romances conforme cada cenário retratado (Ribatejo, Douro e Mar) e que tratam especificamente do tópico proposto, evidenciando essa representação na obra *Avieiros* que contextualizará o objeto de estudo por meio da qualificação dos personagens, da descrição do ambiente, da representação da mulher, da organização dos trabalhadores, bem como da construção do herói individual e coletivo e do espaço degradado.

A proposta deste trabalho é analisar esse tema sob a ótica das proposições neo-realistas a fim de verificar a possibilidade de identificá-las no livro *Avieiros*, quais elementos aí presentes confirmam a hipótese de se tratar de um romance que possui em sua estrutura elementos voltados a crítica sócio-política. Antes da análise do livro em si, é importante definir o que é o Neo-Realismo, quais as teorias que o definem, as características mais gerais, para só então verificar se as obras de Redol escolhidas, conforme já dito, bem como o livro *Avieiros* se encaixam no que propõe o tema sugerido.

O Neo-Realismo pode ser definido como um movimento de estilo típico de literatura antifascista, de denúncia social, ao passo que as obras de Redol tratadas aqui, em especial *Avieiros*, propõem a busca pela conscientização do leitor perante a realidade social, bem como ao contexto político vigente. Tais conclusões são salientadas por Alexandre Pinheiro Torres em seus livros *O movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*, e *O neo-realismo literário português*, que foram de suma importância na compreensão e fundamentação dos tópicos destrinchados ao longo deste trabalho.

As obras de Redol introduzem uma linha de pensamento que emerge da mudança histórica, política e social ocidental, anexando componentes literários de transformação social e de denúncias das injustiças sociais, isto é, assume uma dimensão de intervenção social, evidenciando os conflitos sociais que põem em cena camponeses, operários, pescadores, patrões e senhores da terra. Além de Redol, outros escritores aderem aos ideais marxistas e à corrente neo-realista, sobretudo em contraposição à ordem vigente e à servidão. Na verdade, o foco da nossa análise, está justamente na luta travada por Redol contra o pensamento autoritário e manipulador dos patrões, e até mesmo interceder na forma de pensamento dos próprios serventes, pois para estes, há uma grande dificuldade em reconhecer sua condição de

explorados, apenas um ou outro reconhece tal condição, sendo a alienação o principal fator que contribui para tal imobilidade.

A partir dessas máximas podemos ver que o mundo do trabalho na obra de Redol é, de forma ampla, atrelado ao movimento Neo-Realista que é fundado sobre os ideais do marxismo socialista, ou seja, seria mais uma forma de ver, analisar e criticar o presente. Forma esta que deve levar em consideração a periodização do momento a ser analisado e o do cruzamento das concepções Neo-Realista com as obras de Redol aqui estudadas, para assim assinalar a representação do mundo do trabalho.

De início, é importante frisar como é definido e apresentado teoricamente, o movimento Neo-Realista. Em seguida, destacar quais as características gerais que podem determinar o enlace entre este movimento e as obra da citada temática de Redol, objeto este que será esmiuçado em tópicos específicos, o primeiro sobre o Neo-Realismo, o segundo a cerca do mundo do trabalho e por último a análise da obra *Avieiros*, que serão fundamentados conforme as informações colhidas nas referências bibliográficas.

O Neo – Realismo literário Português

Desponta em Portugal uma nova tendência de resistência, ratificando e dando novo valor à corrente literária do Realismo, o Neo-Realismo, um movimento artístico, literário e filosófico que surgiu no pós- guerra projetando novo valor ao realismo tradicional. Inspirado no materialismo dialético tem como propósito dar conteúdo à arte, e assumir a posição de representação, de voz e dos desejos das categorias trabalhadoras. O Neo-Realismo português é, pois, parte integrante na busca pelas mutações das relações de trabalho, bem como uma corrente marcada pela articulação entre o individual e o coletivo, e pela concretização do socialismo marxista, que serviu para propor transformações no meio sócio-político, valorizando e descrevendo a realidade social e política das classes proletárias. O neo-realismo português foi, portanto, o objeto de apoio do povo ao qual seus agentes pertenciam, funcionando como um mecanismo de denúncia do sofrimento, e de luta social e política do povo português contra os movimentos opressores.

Essa luta contra as pressões ditatoriais se constrói perante o resultado da crise econômica de 1929 que culminou na ditadura portuguesa ou no período mais conhecido como Salazarismo, ou melhor dizendo, o Estado Novo, que se deu entre os

anos de 1933 e 1974 e foi considerado o governo autoritário mais longo da Europa no século XX. Instituído por Antonio de Oliveira Salazar, que desempenhava a função de Presidente do Conselho de Ministros, na época o presente cargo de primeiro-ministro. Daí provém o termo “Salazarismo”. Lembrando que o termo “Estado Novo” foi concebido por uma alegação ideológica como um meio de simbolizar o país num novo tempo a partir da Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926, concluindo o período de liberalismo em Portugal em vigor desde os tempos da monarquia constitucional e da Primeira República.

Antes do Salazarismo, a Ditadura Nacional foi sustentada pelos militares através de uma Constituição provisória que retia os direitos conquistados na Constituição da Primeira República Portuguesa de 1911. Entende-se como Salazarismo, um sistema conservador e autoritário, com propaganda anticomunista, antidemocrático e antiliberal, um regime de partido único, de culto ao chefe e de protecionismo na economia, prezando pelo corporativismo, o qual retirou dos trabalhadores toda a capacidade de reivindicação, conduzindo assim, à repressão, e à censura.

A Censura em Portugal foi um dos princípios regularizadores da cultura nacional, no decorrer de quase totalidade da sua história. Desde logo, o país foi submetido a leis que demarcavam a liberdade de expressão.

O governo começou a regimentar a publicação de textos escritos. Os portugueses começavam assim a presenciar a política do regime do Estado Novo que institucionalizou um rigoroso controle dos meios de comunicação, recorrendo à censura prévia dos periódicos e o confisco sistemático de livros. De certo que esse regime político teve constantemente o cuidado de legislar com relação à liberdade de imprensa e em grande parte dos ocorridos conteve-a. Este ato de censura adentrou também em outras esferas, como no teatro, na rádio, na televisão e no cinema.

No decorrer da história portuguesa correram diversas formas de cassação aos intelectuais, sendo que em várias dessas se utilizava freqüentemente a prisão e a morte como forma de punir a quem desafiava e manifestava aquilo que pensava e que se opunha às declarações oficiais do Estado.

Em 11 de abril de 1933 se publica a Constituição Portuguesa, sendo que ao mesmo tempo publica-se o Decreto 22.469, que em seu artigo 3.º professa, e sendo,

portanto, esta a única constituição da história portuguesa a fundamentar a respeito de qual será a função da censura:

"impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade". (PORTUGAL, DL Nº 22.469 de 11 de abril de 1933, p.654)

Assim, o decreto 22.469 é explícito ao estabelecer a censura prévia em publicações periódicas, como folhas volantes, folhetos, cartazes entre outras, toda vez que em qualquer que sejam elas se discorra a respeito de assuntos de cunho político ou social.

O regulamento dos serviços de censura foi admitido em Novembro do mesmo ano, mas não se efetiva a sua publicação no *Diário do Governo*. Porém quem tivesse na intenção de dar vida a um jornal ou revista teria, a partir daí, de requisitar autorização da direção deste organismo. O Estado Novo tenta de todas as formas, extinguir esses indícios, obrigando os jornais a modificar por completo a composição das páginas algumas horas antes de publicarem. Em alguns anos depois, a instituição de censura constará por completo na dependência do Secretariado Nacional de Informação, e este, estava sob a competência do próprio Presidente do Conselho, ou seja, Salazar.

Verifica-se que houve regiões do país onde existia mais tolerância e outras onde eram exageradamente intransigentes. Isto era devido ao fato de comporem um conjunto bastante heterogêneo no que se refere ao grau erudição. Existiam alguns que eram incumbidos de reconhecer e averiguavam rapidamente qualquer texto considerado como "perigoso" ou revolucionário, mas por outro lado tinham outros que vistoriavam e deixavam facilmente veicular conteúdos considerados subversivos.

Alguns autores começaram, então, a explorar termos metafóricos: ao invés de usarem Socialismo, escreviam aurora, em vez de aplicarem revolução, utilizavam primavera, ao invés de empregarem polícia, empregavam vampiro, isso era, na verdade, o que tinha o poder de tornar as obras que se escreviam em textos poéticos que alguns cogitam como excelentes, apesar da nostalgia que geram as lembranças deste período. Foi durante este, que muitos autores viram os seus livros confiscados ou foram eles mesmos presos, dentre alguns, cita-se Alves Redol, Alberto Ferreira,

Alexandre Cabral, Alexandre O'Neil, Alfredo Margarido, Amadeu Lopes Sabino, Antonio Borges Coelho, Antonio José Forte, Aquilino Ribeiro, Carlos Coutinho, Fátima Maldonado, Hélia Correia, José Régio, Maria Lamas, Orlando da Costa, Raul Malaquias Marques, Rodrigues Lapa, Urbano Tavares Rodrigues, Virgílio Martinho, entre muitos outros.

Atenta à propagação do Neo-Realismo, a censura dificultava a todo custo a divulgação deste através dos periódicos, desta forma, os coriféus da escola optaram pela obra literária e lançaram-se no campo da poesia, novela, conto, e romance, surgem então as primeiras obras narrativas e, nesses termos, o Neo-Realismo foi implantado na literatura portuguesa sob a óptica do marxismo.

Voltados para os ideais marxistas, mesmo que disfarçadamente, os escritores neo-realistas portugueses se firmam no marxismo, que doutrinariamente se enquadra na corrente socialista europeia. Seu reconhecimento em Portugal se deu após os anos de 1921, com o surgimento do partido comunista. E à sombra da influência de Marx e Engels estabeleceu-se a ligação entre os intelectuais portugueses e o movimento operário português à corrente internacional revolucionária marxista. Ligação que foi crucial para a propagação do marxismo em Portugal, para a transformação da natureza das composições de luta de classe e para que viesse a conquistar corpo a compreensão da necessidade duma organização social e política.

Os primeiros partidários de Marx tiveram sempre muita dificuldade em atrair as massas trabalhadoras para o método marxista de luta, bem como ao movimento reivindicativo no campo literário, econômico, laboral e político. Porém, mesmo sob uma cadeia de ambigüidades e objeções se obteve êxito com a evolução do socialismo em Portugal.

Portanto, a teoria marxista torna-se importante ferramenta de afirmação do movimento operário no mundo e de similar modo em Portugal. Nela postula-se então, sobre novos objetivos, sobre uma sociedade em transformação, onde as relações sociais sejam coletivas e guiadas rumo a uma nova realidade. O que permite assinalar que:

“Esta nova realidade, não pode se desligar dos objetivos sociopolíticos para os quais o mundo se move. E o Neo-Realismo postula para a sociedade soluções de acordo com o socialismo marxista”. (TORRES, 1976, p.33)

Precisamente na década de 1930 desabrocha então o Neo-Realismo português, que é relacionado à literatura de crítica social, e se caracteriza por atribuir um valor atual à corrente literária do Realismo. O seu principal foco é a realidade, ou melhor dizendo, os temas possuem relação com o condicionalismo socioeconômico do povo português e com a luta de classe a que ele enreda, sendo que por meio desta se busca combater os abusos aos direitos dos trabalhadores. O artista desse período comprometeu sua obra literária com esses temas e optou pela objetividade como forma de conceder certa credibilidade à narrativa.

Em sua fase inaugural o neo – realismo português produz uma narrativa tomando como substância o articulismo e as controvérsias políticas, literárias, entre outras, das revistas. Somente em período posterior ao conto e a poesia voltaram-se as atenções para o romance. Neste, os autores optaram por fazer uso da ficção, possivelmente por causa da situação governamental ditatorial, no caso de Portugal, o Salazarismo. Logo de início, os moços neo - realistas portugueses impugnaram o socialismo utópico, pendendo um pouco ainda que camuflado para o socialismo marxista, pois as circunstâncias políticas não lhes permitia uma total abertura literária.

O neo-realismo português é caracterizado como uma possível proposta de escrita que possa contribuir com o entendimento aos acontecimentos ou às transformações do presente, seria como regressar ao passado para decifrar as questões do momento, em outras palavras, dar sentido e coerência à atualidade desde uma visão crítica dos preceitos da escola realista, e nesse âmbito, os escritores neo-realistas portugueses trabalham seus romances na perspectiva de transmutar a proposta realista, dando-a novo invólucro e não somente resgatar e reescrever sob as bases de um movimento artístico e literário, tal qual o foi o realismo, e partindo de uma nova óptica realista, os neo-realistas reduzem a atenção com a forma, e na ânsia de retratar a realidade mais espontaneamente possível, chegam a relaxar certas regras, desprezar a forma, que acaba por gerar uma polêmica com os presencistas e guiar, a princípio, a estética da escola.

É importante ressaltar que os neo-realistas são fundamentalmente objetivos no que se refere à realidade político-social, isto porque, eles não se limitam a recriá-la, eles orientam-na rumo às transformações profundas que idealizam e nas quais estão imbuídos. E no caso dessas circunstâncias, o homem é determinante, embora:

“No Neo-Realismo o Homem se defina como condicionado por um complexo de fatores socioeconômicos e se integre num

processo deste tipo, ele pode transformar esse condicionamento pela ação”. (TORRES, 1976, p.31)

São demasiados os romances neo – realistas portugueses que tratam sobre temas que abarcam a literatura de intervenção e engajamento social. Esta, elegendo o trabalho com a ficção nas obras literárias, em especial nos romances, que são os objetos de análise em foco neste trabalho acadêmico, propõe uma nova análise da história nacional, por meio de uma abordagem de teor marxista das infraestruturas econômico-sociais portuguesas, e nessas circunstâncias é visível nas obras neo-realistas a constituição de antagonismos, de um lado os representantes do capital e, de outro, trabalhadores tiranizados pela ambição de uma minoria comandante, situados em regiões bem determinadas, como exemplo, cita-se a zona alentejana, promovida no neo-realismo português através de grupos representantes do regionalismo que fora constituído nessa área.

Seguramente que no neo-realismo português há uma predisposição, por parte dos autores, em por em destaque uma classe, e se há uma merecedora, não será a tradicional, a dos salões, mas sim a popular, a rude, isto é, os pescadores, os trabalhadores do campo, das fábricas, que é conhecida por um comportamento de revolta contra as forças geográficas que as moldam, e do contrário, as personagens neo-realistas não projetam qualquer tipo de atitude social. E é nesta situação de suposta imobilidade que os escritores neo-realistas se põem a narrar os eventos em função do que tem em mãos e do que objetivam, nesse sentido, há uma tentativa de caracterizar os personagens com mais autenticidade em suas narrativas, e em um período de falsa prosperidade, para não dizer em ruínas, resgatar ou representar uma história meio desmantelada perdida por detrás dos acontecimentos sócio-políticos, seria rerepresentar o ser humano em uma dimensão neo-realista mais fidedigna, ainda que possa parecer inventada. E sobre isso temos que:

“Nas obras dos neo-realistas vibra a força do protesto contra os desacertos dum mundo e se revela a coragem de humanamente conceber e aceitar um mundo menos errado, pelo que se torna claro caberem só entre elas as que refletem esse protesto ”. (CAMARA, 1944 apud TORRES, 1983, p.22)

Desta forma, o neo-realismo português, traz a possibilidade de inverter o ponto de vista do Naturalismo, relativo a renúncia da dialética da Sociedade, visto que será o

Neo-Realismo quem vai conformar a disposição materialista e dialética. A esse respeito depreende-se que:

“A própria designação Neo-Realismo surge como outro disfarce eufemístico para resignar o Realismo Socialista, ou melhor: todo aquele Realismo cujo ideário pressupunha como filosofia básica o materialismo dialético”. (TORRES, 1983, p.61)

No Neo-Realismo está pressuposto que o homem pode e deve resistir às relações de produção, ao capital-trabalho ou ao processo explorativo do capitalismo financeiro e latifundiário, uma vez que o homem neo-realista é agente das relações sociais, do seu momento, e é compelido a moldar sua consciência a favor ou contra a nova ordem vigente. E sobre isso temos que:

“O Neo-Realismo não se debruça sobre o povo: mistura-se com ele a ponto das suas obras não serem mais que uma das muitas vozes dele. Está interessado, para poder bem reenquadrar o homem no seu todo social, em concretizar a sua visão do mundo, em cada caso e em todos os casos”. (DIONISIO, 1963 apud TORRES, 1983, p.67)

Nesse contexto, é possível verificar também que nas obras neo-realistas há uma dicotomia dentro da burguesia entre os liberais e absolutistas, republicanos e monárquicos, rurais e urbanos. Acredita-se que há, portanto, um cuidado em exhibir que não existe um único parecer sobre os fatos, mesmo que seja participante de uma mesma categoria social ou cruzando por igual questão.

É importante frisar que, não há intenção por parte do neo-realismo em realizar uma interpretação científica do homem ou da sociedade, pelo contrário, ele tentará explicá-los como um fruto das forças sociais, políticas e econômicas no âmbito de um corpo social em constante ascensão.

De forma geral, não há para o Neo-Realismo o imobilismo, antes se analisava o que ocorria na sociedade, como um bloco de objetivos fixos, de circunstâncias invariáveis, de relações duradouras, que não mudavam e nem estavam fadadas a esvair, porém esse condicionamento pode ser alterado pela ação, pela possibilidade de organização social, que poderá angariar a promoção de toda uma classe. E sobre isso Torres cita que:

“O Neo-Realismo não procura dar só a realidade, mas também transformá-la. Por isso, faz realçar o heroísmo da luta

daqueles que são os meios da sua transformação. Este heroísmo não é individualista do homem isolado, mas de um grupo de que os seus maiores valores são apenas uma afirmação mais clara". (TORRES, 1983, p.66)

Assim, há que dizer, que o Neo-Realismo resiste à passividade, não se sujeita ao Positivismo, nem ao Socialismo burguês, habita, portanto, na noção de que o homem Neo-Realista é real, e possui uma superioridade capaz de transformar a realidade, a sua condição de servidor, de criado, dizer não ao conformismo seria o mesmo que transitar rumo ao realismo dinâmico, onde a realidade produz uma reação da consciência social do sujeito, levando este a agir na intenção de alterar ou converter essa mesma realidade, até porque, o que há em totalidade na natureza ou na sociedade vive em eterna modificação. E a esse respeito completa-se que:

"Não é porque um trabalhador da terra conseguiu a custa de imenso esforço adquirir uma pequena leira e julgar-se proprietário ou pequeno burguês que se resolve ou se altera um estatuto secular de relações de exploração. Fazer acreditar-se na possibilidade individual duma promoção quimérica evita pôr em causa a organização social que entrava a promoção de toda uma classe. Ora (só se) pode transformar esse condicionalismo pela ação". (TORRES, 1976, p.31)

Em suma, observa-se que o Neo-Realismo presume uma compreensão dialética da realidade exterior, um conhecimento do que pode determinar uma mudança real de qualidade, a qual só é possível alcançar pela junção de esforços, pela adição dos impulsos individuais conduzidos em totalidade, porque somente assim, poderá haver uma transformação em conjunto. E complementando tem-se que:

"A doutrinação neo-realista sempre pressupôs a superação das relações de produção, ou capital-trabalho ou do sistema explorativo do capitalismo financeiro e terratenente. E que o romance, a poesia ou o ensaio devem converter-se em instrumentos de compreensão transformadora do mundo exterior, rastreando o que é em função do que deve ser". (TORRES, 1976, p.33)

Assim, de carácter marcadamente marxista, de seleção e análise de situações, o Neo-Realismo português se caracterizou como mais que escola literária:

"constitui-se como um método de abordagem para a verdadeira inteligência do real, portanto, o Neo-Realismo português, em qualquer de suas fazes, e em qualquer de seus

representantes, quer de ontem quer de hoje, sempre se exercitou no campo do romance à custa de situações por sua vez também representativas ou típicas, ou seja, aquelas situações que albergasse em si a latência de uma nova realidade prestes a escalar". (TORRES, 1976, p.35)

O mundo do trabalho na obra de Alves Redol

O mundo do trabalho na obra de Redol será apresentado e analisado neste tópico sob três perspectivas: a representação do trabalhador do Ribatejo, com a caracterização dos romances, *Gaibéus*, *Marés*, *Avieiros*, e *Fanga*. Com a representação do trabalhador do Douro através das obras *Porto Manso* e do ciclo *Port-Wine*. E por último a representação do trabalhador do mar por meio da obra *Uma fenda na muralha*.

Em seus romances Redol abarca um período que se pode considerar principiado em fins do século XIX e se estende até cerca dos anos de 1960. Afirma-se que o autor persiste numa fase antecedente à da implantação do fascismo em Portugal. Romances esses, nos quais ele focaliza com clara aversão como a burguesia possidente manipula os trabalhadores o que é de maneira incontestável em *Gaibéus*, *Avieiros*, e *Fanga*. Não se vê também, nenhum crescimento social que não seja obtida através de processos condenáveis ou através da conivência ou mancomunagem com poderes que se mantêm, por sua vez, à custa de tiranias das mais variadas natureza.

Os trabalhadores nos são apresentados, sem prerrogativa, como bestas cansadas de trabalhar. São imensuráveis as mortes provocadas por acidentes no trabalho: o Beirolas de *Fanga* que morre de insolação, os mortos do mar de *Uma Fenda na Muralha*, os inúmeros afogados de *Avieiros* e também a cheia de 1909 no Rio Douro (Ciclo *Port-Wine*). Na obra de Redol não há patrões caridosos, é um conjunto mais ou menos cruel: o Agostinho Serra de *Gaibéus*, o Soromenho de *Fanga*. Há um mundo bem incomum de déspotas e tiranizados, o que é bem delineado pelo exemplo particular da infância de Manoel Caixinha.

Escassas todas as tentativas de promoção de vida, o trabalhador do campo, analfabeto, doente, explorado, tem um único meio: a bebida. Muitos trabalhadores definham de tanto beber, alguns em apostas sem nexos, bebem até cair. Quanto às mulheres, quase sempre nesse contexto ficam a esperar que seus maridos cheguem a casa e as afugente. Aliás, Redol, foi possivelmente o escritor que mais diretamente revelou a alienação da mulher do campo, ele nos mostra que as mulheres compunham objetos de contentamento ou de exploração para os homens.

Assim, arrebatando variados temas, Alves Redol, constitui sua obra tratando de uma classe em especial: *a do povo que trabalha duramente para sobreviver, sem mais meios que a sua força de trabalho*. (TORRES, 1979, p.351).

Será com *Gaibéus* que Alves Redol inicia a seqüência temática ribatejana, a qual é seguida por *Marés*, *Avieiros* e *Fanga*, que juntamente a série do Douro e do Mar serão identificados, ambientados e analisados no sentido de fundamentar o tema escolhido.

Em seu romance inaugural, *Gaibéus*, Redol revela-nos um autor que se lança ainda moço, à missão de nos narrar a saga desse feixe de homens e mulheres que das Beiras Tejanas desciam às extensas planícies do Ribatejo para a empreitada da ceifa dos arrozais. E neste sentido de vasta dimensão que entram os trabalhadores do Tejo nessa narrativa, estes formam uma multiplicidade de vozes que fazem de *Gaibéus* um poema épico no qual o herói é o corpo coletivo, ou seja, uma parcela de empregados que de sol a sol no campo obtinham o sustento. E nesse meio, ainda tinha espaço para os sonhos dispersos do “*ceifeiro rebelde*”, que mesmo se encontrando em igual recinto que os outros ceifeiros, apresenta-se como o único a compreender a verdadeira amplitude do momento e da exploração na qual são alvos. Unicamente ele tem percepção e aflição, embora os outros também sintam na carne a profundidade dessa tirania e da submissão que os oprime, muitas vezes, dobrados sobre o alagado, vistas cegas de tanta colheita por fazer, e nesse instante se vêem atrelados a um destino quase impossível de torcer, assim como a ceifa que não pode parar nunca, são guerras sem fim, a do destino e da colheita.

Os *Gaibéus* são a mácula insignificante existente na campina, visto que ali, nem existem homens, só máquinas, que suportam presos ao mesmo solo, irmanados pela opressão em um período de barbaridade, onde o padrão de sociedade era praticado pelo Agostinho Serra, mandante de senhores, e atrelado à Senhora

Companhia, que representava o símbolo capitalista e da exploração das gentes da *Borda d'Água*. Daí se pode discernir que:

“o gaibéu se oferece pela sua própria condição, situação e mentalidade, como elemento ideal para ser submetido à mais degradante exploração. Alves Redol vai transmitir-nos, através de poderosas imagens, o longo processo de aviltamento dos gaibéus, processo em que o próprio grupo, em bloco, como individualidade multifacetada, ou talvez sem rosto, ajuda à perpetuação do próprio sistema degradatório” (TORRES, 1979, p.25)

Além da sujeição à terra e aos seus mandantes, os trabalhadores, ceifeiros do Tejo também tinham rivalidades entre si, a falta de companheirismo e consciência coletiva de classe, será objeto recorrente na dialética de Alves Redol, bem como a presente denuncia daqueles que, conseguiram obter uma promoção no meio social, e que renunciavam as suas origens e se convertem em *Judas* do seu povo, como acontece em *Marés*, com a personagem de Francisco Diogo.

Assim, *Gaibéus* se impõem dentro dos romances de Redol, como a denúncia da sujeição, da exploração aos ceifeiros na Lezíria imensa, e é daí também que ele nos familiariza ao conhecimento da violenta e cruel face da realidade social presente nas terras alagadas do Ribatejo. E ante essa tomada de partido, Redol também quer:

“mostrar-nos o grau de alienação a que chegaram (os trabalhadores) por se recusarem ouvir a voz da própria natureza, porque a própria natureza animal ensina como os estorninhos se devem unir para fugir ao milhano, metáfora do explorador, da Usura e do capitalismo” (TORRES, 1979, p.28)

Nestes termos, verifica-se que é esta a implicação do *ceifeiro rebelde*, pois este via que: quando há a promoção de apenas um elemento do grupo, essa não representará a promoção do grupo como um todo. Porém, “Redol acreditava que seria possível o casamento entre uns e outros quando descobrissem que a mesma fome os une.” (TORRES, 1979, p.46)

Em *Marés*, Redol apresenta o tema das rivalidades entre os trabalhadores. Neste romance, ele retrocede ao espaço da sua origem *discursiva* e *efabulatória*, isto é, as terras do Ribatejo, não mais na lezíria, mas em terrenos menos desérticos, com sombras e árvores, onde o trabalhador de beira Tejo conseguirá, para o sustento da progênie, adquirir a sua pequena porção de terra.

Neste romance, Redol se distância da estrutura de *Gaibéus*, refletindo sobre a ruína da *aristocracia terratenente* e os elementos da elevação de uma burguesia de donos de mercearias, que é representada por Francisco Diogo, filho de um proletariado agrícola, esse cresce na vida e chega à categoria de patrão no comércio de secos e molhados, trapaceiro de mão cheia na sua inteireza de burguês explorador, que abusa da boa fé justamente do povo do qual descende. É notório que em *Marés* Alves Redol expõe:

“a preocupação em apresentar um panorama do naipe social, do cavador da terra à nobreza e ensaiar um estudo preliminar do jogo dialético das classes, projeto que obviamente não podia pôr em prática em *Gaibéus*” (TORRES, 1979, p.52)

Porém, Redol deixará desabar este filho do povo, este hipócrita de categoria, e foi exatamente no espaço de tempo em que se deu a crise de 1929, sendo que lhes sobrou foi apenas, refletir a respeito da sua trajetória de extorsão. Redol nos apresenta aqui a sua:

“implacável denúncia da manobra burguesa, que depois de conseguir a preponderância econômica por meios sem dúvida condenáveis, (isto é), os burgueses bem estabelecidos por detrás dos balcões, enquanto o povo enfileira de mão estendida, pouco ou nada se importam, no plano do concreto, com o problema das injustiças sociais” (TORRES, 1979, p.63)

O certo é que, em consenso a este informe, os Diogos, de todas as épocas, presos a uma ambição por lucro sem medida, acabaram vítimas da própria circunstância, ou seja, *comeram-se uns aos outros*.

Em *Fanga*, ao contrário de *Gaibéus* e *Marés*, Redol irá falar-nos desses homens destituídos de terra, de uma leira sequer onde desenrolar o sonho e descansar o corpo. Os que trabalham à fanga têm apenas a força dos braços. E com essa força alugam terras dos senhores para incrementar um negócio no qual sempre sairão perdendo, ou seja, o dono da terra recebe sete partes da colheita e o trabalhador somente uma parte.

Os arrendatários levam a vida sem esforço, explorando sem dó, o povaréu de desapossados que lhes arrenda as terras, aqui os homens tinham de trabalhar para o senhor Soromenho, enquanto este divagava na Golegã, resumindo:

“Em *Fanga* (Redol) apresentar-nos-á, pela primeira vez, o trabalhador rural desprovido de qualquer parcela de terra,

reduzido apenas a potência dos seus braços, limitado à fenda deste único capital que possui e sem o qual não há terra que valha seja o que for” (TORRES 1979, p.87)

Nesta obra Alves Redol continua no Ribatejo, subindo o rio até as vastas planícies da Golegã. Ambiente projetado nos grandes espaços fundiários nos quais, tal como acontecia no Alentejo, a exploração dos trabalhadores era feroz e desumana, estes tinham apenas duas escolhas:

“ou trabalhar como assalariado ou trabalhar como fangeiro. O fangeiro recebe apenas um oitavo da produção da terra. E para fazer face às despesas do dia a dia, tem realmente de se apresentar na praça do trabalho. Nela, os homens põem-se em fila e são apreciados pelos abegões que avaliam do seu estado de saúde, força de braço, potência para a execução rápida das tarefas, juventude, etc.” (TORRES, 1979, p.89)

O autor, tal como em *Avieiros*, não deixa de incidir nas páginas de *Fanga* sobre uma leve possibilidade de uma outra vida, de uma outra realidade: Manuel Caixinha compreenderá, com o suicídio do pai, e com a rigidez da sua força e vontade.

Manuel caixinha, tal como Olinda, sabem que o destino de sua condição de explorados, de condenados à pobreza, não é irrevogável, isto é, basta para tanto, agitar a ignorância e decifrar os sinais que os mantêm presos nessa circunstância. E para tal situação, verifica-se em *Fanga* que:

“Manuel Caixinha, vai abrindo os olhos para tal injustiça e disparidades do mundo que o rodeia. Sem qualquer ilustração, (ele) possui o instinto de revolta. Mas a Manuel caixinha não vale apenas o instinto para denunciar estes erros. Para a sua crescente consciencialização contribui poderosamente uma figura fundamental: Josefino Barra” (TORRES, 1979, p.100)

Todavia, sabe-se que o difícil é executar a tarefa principal, ou seja, inverter a posição dos explorados a seu favor, essa maioria, essa força, para libertarem-se em comunidade da submissão dos opressores. Porém, Manuel Caixinha e Josefino Barra estão conscientes de que:

“O povo tem do seu lado a vantagem do número. O que não descobriu ainda é que poderá tirar partido dela. Mas, a verdade é que isso terá de acontecer, porque todo o ser vivo luta pela prosperidade e pela liberdade” (TORRES, 1979, p.105)

Se em *Avieiros*, Redol exhibe a tomada de consciência, por um grupo, de caráter comum da opressão, nas páginas de *Fanga*, o autor mostra-nos como os trabalhadores, sujeitos a desumana exploração, começam a acordar para uma consciência de classe. Estes começam a ter noção sobre a questão do cooperativismo, percebe-se que Redol:

“Em *Fanga*, não deixa por sua vez de refletir a circunstancia de que entre os fagueiros já se havia chegado a um entendimento ao nível da Cooperativa. Por influência de homens como Josefino Barra. Os fagueiros que produzem milho constituem uma Sociedade para o uso de eira comum. Os que se envolvem neste tipo de trabalho tem, então, a oportunidade de descobrir a maravilha de trabalhar sem patrões” (TORRES, 1979, p.87)

E é nessa obra onde o autor, através do personagem Manuel Caixinha, mostra-nos um principio fundamental: “o Poder e o Ter são inseparáveis”. Daí surge, então, um Caixinha socialista, mesmo que não completamente, pois ainda era um “socialista inconsciente e pertencente à classe trabalhadora, mesmo que este:

“ganhe cada vez mais a consciência de que os infortúnios e opressões que todos sofrem são, na realidade, tidos como fenômenos pessoais e individuais. (Porém), bastará mostrar-lhes o caráter geral da mesma situação que a todos afeta para que talvez seja possível acabar com a terrível concorrência entre trabalhadores, a sua desarvorada animosidade mútua, a tal competição que só serve e é cobiçosamente fomentada pelos amos” (TORRES, 1979, p.107)

Portanto, *Fanga*, por sua natureza, introduz uma narrativa questionadora. Expõe trabalhadores vítimas eternas da civilização, os verdadeiros mártires da história. E mostra-nos, também, como em uma pequena área de Portugal alguns deles vão emergindo a uma consciência, como é o caso de Manuel Caixinha.

Deixando o seu Ribatejo, e as margens do Tejo, Redol parte para as terras do Douro, mais especificamente nas ribanceiras que circundam o rio. Daí irá nos narrar outras tantas estórias de batalhas, deslealdade e abuso do homem pelo homem.

Em *Porto Manso* e na tríptica de *Port-Wine (Horizonte Cerrado, Os Homens e as Sombras e Vindima de Sangue)*, Redol nos dá um depoimento cruciante de um mundo ainda com traços feudais, de um país cercado pela briga de poder pela ambição, pela luta obstinada dos homens frente à agreste natureza e pelo monopólio da terra. Posse que simboliza poder, e, quanto maior for o espaço, maior também o poder e a subordinação de quantos não conseguem evadir ao covil de explorados.

Neste ciclo sobre o Douro, que Alves Redol inicia com o romance *Porto Manso*, onde analisa o possível enquadramento histórico-social, as vítimas de um processo, de um mundo em rápida transformação: a velha aristocracia fundiária, os pequenos produtores, uns e outros impossibilitados de atravancar a subida de homens sem honestidades, que apenas vêem nas mais valias e no poder do dinheiro, a sua razão de ser.

Redol regressa em *Porto Manso*, ao tema da ausência de consciência de classe, tanto dos pequenos produtores como dos operários, e desse grupo último na graduação social composto pelos ranchos que vêm de trás dos montes e das Beiras para as vindimas que os converterá em vítimas fáceis dos grandes senhores de terras.

Tratando de um mundo em irreversível transformação, um universo fechado nas suas tradições começa a despencar-se com o aparecimento do comboio, que nada mais é que uma máquina infernal que carrega os operários, a industrialização, e um mundo, que embora novo, está repleto de violência e exploração. E neste cenário só restaram dois velhos arrais: Antonio do Monte e o Fraga, ou seja:

“só há dois rabelos nos quais não chega a caber uma dúzia de trabalhadores do rio, labutando como assalariados. Com a falta de trabalho, a velha tradição, vinda dos melhores tempos, foi mesmo morrendo. E rapazes originários de famílias que, ao longo das idades, se haviam ocupado dos mestres fluviais foram emigrando para outros lugares, à procura de uma profissão, e deixando Porto Manso” (TORRES, 1979, p.139)

E é justamente sobre as lutas dos pequenos produtores, os conflitos, e o mito da terra que Redol examinará, exatamente sobre esses clãs, que têm na terra, nas escarpas do Douro, o seu território, o seu Campo de combate desigual. Trabalhadores que tinham no rio seu assegurador de superioridade em relação ao plebeu da terra. Seu arrais era *tudo* pra ele no Douro:

“E este *tudo* equivalia a aspirar à reivindicação de estatuto que o distinguísse do mero proprietário de courelas. Para efeito de escalonamento social, o homem do Douro ou era *homem do campo* ou pertencia à casta privilegiada das famílias que possuíam rabelos” (TORRES, 1979, p.138)

A autoridade da ampla finança, essa usura, levará à destruição, à ruína os pequenos produtores do Douro. A ambição destruirá o rabelo do mestre Antonio do

Monte e o seu pequeno mundo. Visto que, as suas idas ao Porto não o ajudaram a entender melhor as engrenagens por que se conduz a sociedade e o curioso é “notar que só depois de vender o rabelo de 50 pipas é que passa a admitir os assalariados na sua intimidade” (TORRES, 1979, p.150). Assim, infere-se que em:

“Porto Manso sempre que um rabelo desaparece de circulação, os marinheiros desempregados tornam-se, depois, vagabundos, numa terra que para eles não oferece alternativa de trabalho” (TORRES, 1979, p.150)

E foi nestes termos que Redol se propôs explorar a transformação dos paraísos feudais para o da ocupação do mundo da indústria:

“O comboio implica, no alto Douro, o fim de uma atividade tradicional: a dos transportes por rabelos. Alves Redol pretendeu (em *Fanga*) estudar o mecanismo dessa transformação, e equacionar simbolicamente transformações idênticas, no que estas implicam de desagregação de valores, hábitos mentais, preconceitos, estilos de vida, fim dos universos patriarcais, etc.” (TORRES, 1979, p.141)

Portanto, *Fanga* é uma obra que transformará as relações sociais e políticas, a paisagem e o homem.

Nas obras do *Ciclo Port-Wine* que abrange as obras *Horizonte Cerrado*, *Os homens e as Sombras* e *Vindima de Sangue*, Alves Redol traça o retrato realista de um tempo de mudança de um tempo novo opondo-se ao tempo velho. Também introduz questões como a luta entre Norte e Sul, visto que o vinho produzido no Sul é mais barato que o vinho do chão do Douro, agreste e xistoso.

No *Ciclo Port-Wine* a pirâmide social é composta pelos seguintes: Os especuladores, Os produtores, e os Sem-Terra. Os Especulares compreendem os chamados *agentes maiores*, ou seja, os latifundiários, os representantes dos interesses ingleses e os banqueiros. Eram divididos em agentes locais e agentes eventuais. Sendo que os primeiros são os que exercem pressão direta sobre os grandes e pequenos proprietários, em momentos de crise. Já os segundos, são pessoas vindas da indústria.

Os produtores são apresentados como: os grandes proprietários, que possuem 100 ou mais pipas de produção, como é o caso do Clã Pimentel, representantes da aristocracia tradicional, e do Clã Freitas, representantes da burguesia comercial e com

ambições políticas. Também são Produtores, os proprietários com até 10 pipas, como é o exemplo do Dr. Pimenta, líder dos pequenos vinicultores. Bem como, também os são Produtores, os Pequenos Lavradores, com produção até 05 pipas, representados pelo Clã Teimas, representantes do eixo central da ação, e o Manoel Inverno, que representa o produtor dos mais pequenos, com uma ou duas pipas de produção.

E por último temos Os Sem-Terra, distribuídos entre a Pequena Burguesia Fundiária e Os Servos da Gleba. Sendo que aqueles são representados pela Dona Assunção, professora de instrução primária. E estes últimos (Os Servos da Gleba) são representados pelos trabalhadores sem estatuto que não seja o de uma habilidade ou ofício braçal, cuja análise sobre suas condições será realizada a seguir.

Verificamos que Redol nos fala de três clãs, O Clã Teimas, que responde ao mito da terra, o Clã Pimentel que responde ao sangue, e o Clã Freitas que não tem muito ao que se agarre. Todos chegam à decadência, por terem se tornado alvos fáceis de especuladores e banqueiros. É claro que as questões naturais também influenciaram para tal, visto que no *Ciclo Port-Wine*, a natureza e o dinheiro encontram-se ligados, contudo o autor porá mais realce na demanda do pequeno lavrador contra a agiotagem do que contra a natureza, isto é:

“O vinicultor terá ainda de sobreviver aos mecanismos da pressão econômica. Se o tempo é favorável, e não há epidemias, então virá uma boa colheita e o lavrador poderá sobreviver sem perder a terra. Mas se a natureza oferecer o seu cariz hostil então a colheita diminui ou se perde e será necessário recorrer à Usura(hipotecas, juros, empréstimos, penhoras, etc.)” (TORRES, 1979, p.172)

A terra chega mesmo a ser o único valor nessa procura descomedida pela riqueza em que todas as personagens do ciclo se atiram. E esta é mantida à custa dos maiores suplícios pessoais, contra todas as forças contrárias. No Douro é preciso ganhar a terra aos maciços pedregosos de xistos, e à força de punho.

No *Ciclo Port-Wine* pode-se dizer que o conflito principal é, talvez, o que se estipula entre produção por um lado e a acumulação, a especulação e a exploração por outro. E é neste cenário que cresce cada vez mais um clima de insegurança, reflexo de revoltas populares, que ainda se encontram vivas na lembrança do povo do Alto Douro. Deste modo:

“Trata-se sem dúvida, de um desafio à ordem estabelecida, à preponderância da burguesia do dinheiro. A luta de classes começa a esboçar-se a um nível de confraternização anárquica” (TORRES, 1979, p.181)

Para que tal consciência venha a ocorrer, é necessário que outra causa comum os estimulasse, de tal forma que ultrapassassem os pequenos conflitos pessoais e se sustentem do mesmo lado da trincheira. E é o que ocorre, quando em Londres, com a imposição do artigo sexto, que diz que os vinhos de Lisboa serão admitidos como Portos. Esta decisão poderá significar a decadência de todos os vinicultores do alto Douro, grandes e pequenos. A partir daí, em Londres será recebido como *Port-Wine*. Assim, discordando de tal decisão:

“Organizam-se comissões de resistência, o povo une-se finalmente num objetivo que entendem que é comum. Gente de diferentes extrações socioeconômicas irmana-se no mesmo objetivo contestatório, só que a que grita mais alto é precisamente aquela que não disporá de outra alternativa senão morrer de fome” (TORRES, 1979, p.189)

Alves Redol organiza uma oposição, de um lado a aristocracia que vive das *mais-valias*, e de outro o povo trabalhador, que tem o papel de produzi-las para a classe dominadora dos meios de produção. Função esta desempenhada:

“pelos *barrigas ao sol*, a gente que não dispõe de terras ou vinhos, e depende inteiramente dos trabalhos que os vinicultores lhes podem dar ” (TORRES, 1979, p.211)

A preocupação por parte o autor nessa obra está em apontar como coletivamente o povo representa uma força, mesmo que ainda sem qualquer consciência de classe. E mesmo assim demente:

“encontramos o povo unido em ações coletivas de massa nos dois momentos épicos da trilogia, a que já nos referimos: o assalto ao armazém do Jerônimo e a marcha final sobre o Município de que resulta a carga da tropa, ou melhor, a vindima de sangue” (TORRES, 1979, p.214)

Redol vai um pouco mais longe na valorização dessa submissão contra as opressoras medidas econômicas que ameaçaram de sufocação o torturado povo alto-

duriense. Assim, podemos entender que no *Ciclo Port-Wine Redol* conseguiu o seu objetivo:

“mostrar como o homem do Alto Douro acaba por ser títere às mãos do jogo imperialista, isto é, os imperialismos justificam as medidas do alto capitalismo, estas por sua vez a política dos mercados, a guerra econômica, a luta entre os trustes, a necessidade de vender mais por qualquer preço, comprar barato, explorar o produtor sem defesa e, por consequência, o trabalhador da terra” (TORRES, 1979, p.218)

Portanto, no *Ciclo Port-Wine* o escritor vilafranquense se pôs ao lado dos oprimidos, dos pequenos trabalhadores, num processo de solidariedade, em suas funções do dia a dia, e na denúncia das injustiças e violências que suportavam os homens a quem até a dignidade era negada. Assim, os trabalhadores e pequenos lavradores do Douro, se não unificados, estarão perdidos, isto porque:

“Desunidos, defendendo egoisticamente apenas os seus socos ou suas leiras, o Capitalismo devorá-los-á. E os vencedores serão os doutores, (que também) são escravos às ordens dos imperialismos econômicos que pontificam nas capitais da estranja” (TORRES, 1979, p.219)

O mar sustador de vidas, no seu ímpeto rudimentar, revelamo-no como promotor na estrutura romanesca de *Uma Fenda na Muralha*. É um livro de um episódio em alto mar, neste Redol, ignora pela primeira vez, o contexto sócio-histórico da época. Nesta obra o que é realçado não é mais a miséria do povo que lida e nem a peleja pela sobrevivência, o que se acentua é a evolução psicológica de um grupo de pescadores durante uma pescaria em alto mar. Estes viverão situações nas quais a bravura se transforma em medo, o medo em pavor, o pavor em pânico e daí por diante. Já nos primeiros capítulos é possível perceber:

“uma impressão de aguda desolação. Não há porto de abrigo. Não há sequer um quebra mar. O mar não dá peixe, ou ele é raro. Há imensos pescadores sem nada para fazer.” (TORRES, 1979, p.245)

Uma Fenda na Muralha está ambientalizada em um porto pesqueiro, apresenta o desastre dos pescadores da Nazaré, entre um mar dos mais perigosos e uma costa sem porto de abrigo. Nesta obra, Redol não irá muita além, quando fala sobre a

desjeitosa situação econômica dos pescadores de Nazaré, que trabalham num mar perigoso, sempre colérico de pulso erguido a trabalharem quase dentro do próprio tumulto. Quando faz alguma referencia, esta é superficial, como por exemplo, o caso das condições de exploração dos emigrados para os bancos do bacalhau. Sabemos apenas que o pescador da Gronelândia recebia somente 32 escudos por quintal, caso pescasse mais de 200 quintais, e 20 escudos, caso pescasse mais de 100 quintais. O certo é que:

“não ficamos a saber muito dos verdadeiros problemas dos pescadores mais destituídos, aqueles que têm de trabalhar para a nobreza da Praia. Sabemos, no entanto, que Zé Diabo Negro não é generoso para com os seus empregados” (TORRES, 1979, p.253)

Os episódios surgem encaixados numa circunstância de carências extremas vivida pelo povo da Nazaré, reproduzindo o caráter das personagens e os sentimentos mais variados que fazem oscilar a humanidade - ódio, amor, orgulho, vaidade, amizade, lealdade e desprezo. Nesse contexto, Redol apresenta-nos dois conflitos: o primeiro entre Zé Diabo Negro e Joaquim da Bôta, e o segundo entre Tó e o pai (Zé Diabo Negro).

Esses dois conflitos, assim como os demais, durante a tempestade em alto mar vão atingindo a proporção de sombras, pois as ondas varrem insistentemente o barco, este a cada instante dá mostras que não vai suportar e ser dilacerado, os corpos vão enregelando, fora o Tó dos Safios que parece de ferro, todos os outros tripulantes vão alagados e invadidos pelo medo, pois:

“O mar está um leão. E a descrição que prevalece é a do mar levantando como uma muralha através da qual o barco precisará de descobrir uma fenda por onde passe, metáfora central que dará o título ao livro.” (TORRES, 1979, p.256)

A competição com os de sua categoria (arraia Joaquim da Bôta), a luta é desproporcional, que trava com o Mar, arriscando inúmeras vidas para conservar ilesa a própria reputação, as discórdias com os que lhe estão mais próximos, que crescem até chegar ao ódio agressivo que sentirá pelo seu filho primogênito(Tó), tudo é fruto desse tormento, dessa negação da própria identidade que ele não consegue modificar. Mas não tarda para que durante a tormenta:

“Zé Diabo Negro, no próprio momento em que tem de se julgar, no próprio instante em que descobre que também é mortal, momento da verdade em que se revela a seus próprios olhos a verdadeira dimensão da própria fraqueza” (TORRES, 1979, p.260)

Enfrentando com esforço as condições contrárias do mar bravo, embora não tendo podido evitar a tragédia, Tó Diabo Branco exhibe habilidade e amadurecimento para manter a boa fama que adquirira entre os seus, conseguindo também o apreço de Maria Estrela a quem toma por mulher. Zé Diabo Negro, ao contrário, após o desastre deixa-se debilitar, e foge sob a ameaça de uma onda que rompe na praia, refugiando-se no âmago da sua mãe, manifestando o ódio contra seu primogênito que o superara nas lides do mar aberto e que lhe matara a esperança de possuir a mulher desejada. Quando o barco retorna e vai se aproximando de Nazaré:

“O arrais parece cair em delírio. Domina-o agora um medo danado. É preciso encontrar a última fenda por onde passar. É impossível o barco resistir. Pede em desespero que Tó também se agarre ao leme, Afinal tem de abdicar do seu orgulho.” (TORRES, 1979, p.260)

E desafiando a grande agitação do mar furioso, o orgulho daqueles homens tornou-se em humildade e a bravura em pânico. Foi então que Zé Diabo Negro “entrega o comando do bote ao filho mais velho” (TORRES, 1979, p.264) e este, abre caminho pela única fenda possível atracando-se à praia. Todos se salvam, mesmo que o bote tenha se despedaçado quando foi violentamente atirado sob a areia da praia de Nazaré.

Assim, em *Uma fenda na muralha*, foi possível perceber que esta obra possui condições exclusivas, o autor trabalha com os aspectos psicológicos de cada personagem, que foram tornando-se visíveis durante o temporal nas duas principais personagens. E verdadeiramente falando:

“A psicologia das camadas trabalhadoras só virá a ter a dignidade que era facultada aos extratos nobre e burguês a partir do romance neo-realista” (TORRES, 1979, p.247)

E nestes termos, vê-se *Uma Fenda na Muralha* como a luta alucinada de um homem grosseiro e vivido (Zé Diabo Negro) para justapor-se à crueldade do tempo, sendo o orgulho, o primeiro traço psicológico que o determina. Além disso, é um

homem machista e desprovido de qualquer generosidade perante sua família e seus funcionários, camponeses da água, explorado pelo arrais, encontram-se ali como poderiam estar a lavrar um campo. E apesar de Redol não especificá-los:

“É fácil de concluir que a vida dos subordinados é muitíssimo dura, e que eles têm de enfrentar gravíssimas dificuldades econômicas. Se o peixe não abunda, e o Mar está sempre um cão, explica-se, assim, a quantidade de pescadores que parecem passar os dias na ociosidade, embora à espreita da primeira aberta para irem ao mar” (TORRES, 1979, p.253)

Então, pode-se resumir que *Uma Fenda na Muralha*, através dos componentes que constituem sua narrativa:

“É profundamente um estudo de caracteres e de dialética de sentimentos ante uma circunstância crucial. Pode, além disso, ser um documento das terríveis condições de trabalho em que vivem os nossos pescadores, em praias sem portos de abrigos, nem quebra mares. Uma pesca que tem de se tentar com qualquer tempo, quando a fome aperta” (TORRES, 1979, p.264)

Claro que o que aflige os arrais, homens como o Zé Diabo Negro e o Joaquim da Bôta, não é fome, mas sim:

“o orgulho, o amor, a vanglória, a vaidade, a amizade, a lealdade, o ódio, no mesmo cadinho, os mesmos sentimentos que fazem mover a humanidade, quer seja ela representada pela aristocracia, quer o seja por pescadores aparentemente humildes, mas senhores de igual estatura humana e de psicologia pelo menos igualmente complexa” (TORRES, 1979, p.264)

As idéias centrais que estruturam os romances aqui estudados (*Gaibéus*, *Marés*, *Avieiros*, *Fanga*, *Porto Manso*, *Ciclo Port-Wine* e *Uma Fenda na Muralha*), são um modelo de um tempo e dele permanecerão vestígios duráveis na história portuguesa do século XX. Sem Redol e seus escritos da arte neo-realista, seríamos hoje evidentemente menos informados e conscientes.

Avieiros: nômades das águas e resistentes à exploração

Avieiros, romance de Alves Redol examina a saga de um grupo humano notável na sua estrutura social, orgânica e cultural, nômades do mar que, vindos das praias da Vieira se instalarão, com suas frágeis barcas, os seus saveiros nas margens do Tejo. Elegendo como ambiente a margem esquerda do Tejo, nesse mar-río que circunda a Lezíria imensa, espaço entre o rio e a terra larga que chegam os Avieiros, gente emigrada vinda de outras terras em busca de melhor vida e sustento.

São os chamados ciganos do Tejo, são pescadores e vez em quando se vão às margens à procura de outro tipo de trabalho. Tal como os Gaibéus, os Avieiros são imigrados. Mas, vale lembrar que o Tejo, igual como a lezíria, também possui os seus senhores, os seus donos, os seus capatazes.

Os Avieiros constituem, portanto, um grupo de pescadores procedentes da Praia da Vieira que, em virtude das complicações ofertadas pelo mar no exercício da sua profissão, emigram há gerações para a Lezíria, vivendo, pois vizinhos aos campinos, mas dedicando-se especialmente à pesca no Tejo. O Avieiro não retorna à praia da Vieira após as suas safras, permanecem no Ribatejo e vive sempre nos seus barcos, os saveiros, ou em barracas de madeira à beirinha do rio, e quando cai à noite “não há uma luz na Toureira – só o luar polvilhava as coisas de uma claridade triste. (REDOL, 1979, p.162).

Ressalta-se que somente em circunstância extrema, o Avieiro trabalha na terra, Olinda é exemplo disto, sem Tóino para ajudá-la na pesca, fora, então trabalhar nos arrozais do Agostinho Serra:

“A monda começava naquele dia. A aldeia ficava para trás. Saía dali a primeira mulher para o campo. Ela ia sem receio, de olhos postos no caminho, que a vida não corria para cuidar de hábitos que o estômago não entende” (REDOL, 1979, p.243).

Seus recintos de moradia se resumem ao local onde resolvem parar, aí fazem casa, no próprio barco, à margem da terra ou dos mouchões. Não se mesclam com os campinos e nem aos murtoseiros. Os próprios Avieiros os detestam, porque dispensam de certo tal concorrência, até porque estes não dominavam outra ocupação que não fosse a pesca:

“Soubesse de outro ofício e bem lhe dava de abalar terra dentro à cata de trabalho. Porém, Deixar o rio era coisa reparada.

Quebrar tradições era traição ao seu povo” (REDOL, 1979, p.143).

Avieiro, João Carramilo deixa a Praia da Vieira em busca de dias melhores, em busca de um local onde viver melhor, pois o mar já não oferecia alimento suficiente, estavam “invernos inteiros a ver o mar empinar-se, imprecisar na praia e não dar um naco de pão. Era cruzar os braços para a morte” (REDOL, 1945, p.28), porque os peixes que colhiam mal davam para o almoço da companhia.

Passam-se verões e invernos, a vida desleal e dura, com a companhia e filho(s). “O mar estava ruim, danado que nem touro da Casa Cadaval. Voltar de mãos a abanar, era pior que estourar de fome” (REDOL, 1945, p.29). Carramilo decidira então, ir ao Tejo, era como ir ao *estranja* à procura de melhor sorte, visto que os Carramilos já estavam muito oprimidos por um ambiente e uma pesca que não os ajudava, fugira, assim, das indeterminações do dia a dia, da fome e da miséria instalada naquele âmbito.

A mudança de ambiente, do mar para o rio Tejo, pouco alterou, as dificuldades e a penúria no trabalho com a pesca eram praticamente as mesmas, tanto para João Carramilo, quanto para seus filhos Zé e Olinda, a vida para eles era correr rio acima e rio abaixo, em busca de sustento. Pois quando a safra era ruim, o Avieiro não tem “nos sacos nem migalha de pão, nem canudo de massa, nem bago de arroz” (REDOL, 1945, p.118). E quando a cheia vinha mais cedo, “as águas do monte correm o inverno todo. O peixe passara rio acima e os homens não puderam atirar as redes, pois as enxurradas não deixam cabeça de areia à descoberta” (REDOL, 1945, p.294).

O Tejo, durante os invernos, ia depositando areia junto do *valado real*, até constituir ali uma praia. Os primeiros que foram chegando fizeram aí as suas barracas, compondo uma pequena aldeia:

“As casas são todas iguais. Quatro prumos aos cantos, varas no telhado, e à volta e por cima, a melhor palha que a lezírias dá. A porta, as paredes e o telhado deixam passar o frio e a chuva – mas menos ainda que o toldo do saveiro” (REDOL, 1979, p.233 e 234).

O rio estava, por esta época, esvaziado de peixe, alguns que se conseguia pescar, era para a venda, e que muitas vezes nem conseguia ser vendido, “pendiam o

peixe nos dedos, como a enfeitiçar os compradores, mas eles seguiam” (REDOL, 1945, p.127)

E não podendo prever, os Avieiros tem de enfrentar as mudanças traiçoeiras do tempo, acaba-se a seca, porém vem-se o período das cheias, que é devastador, pois os saveiros ficam completamente isolados e aportados, “parece que estão ali atracados a fazer uma fêria de lance, à espera de ensejo” (REDOL, 1945, p.281)

Assim é constituído o espaço do Avieiro, que embora consiga uma barraca para viver na aldeia, ainda tem no seu barco a principal moradia, e de geração em geração, de porto em porto, na seca ou nas cheias, na chuva ou no sol, seguem o mesmo destino, correndo o Tejo sem repouso.

Da família Carramilo, João e Ana, nascem um cachopinho e uma cachopinha, o primeiro de nome Zé, e depois Olinda, que pelas dificuldades vividas pelos pais é entregue aos padrinhos, Mestre Feliciano da Barca e mulher, Sr.^a Clotilde. Para os pais é uma felicidade os Barcas terem adotado Olinda.

Os Barcas não são Avieiros. Mestre Feliciano e Dona Clotilde são nativos do Alentejo. Vivem do trabalho com um *ferry*, cobram passagem para atravessar o Tejo. Habitam em um espaçoso barracão à beira do Tejo, por ser grande, todos consideram o barracão como um verdadeiro palácio, e por isso eles compõem a burguesia do rio. A senhora Clotilde é de origem superior ao do marido e vive recatada:

“Tem voz amarga a senhora Clotilde. Acostumou-se a falar sozinha quando o seu homem andava nas carreiras com um camarada. Fala dos seus tempos como de uma coisa lendária. O Feliciano tomou-se de amores por ela, por causa dos seus olhos azuis e do talhe do corpo. Não obstante, tudo isso se apagou. Os bordos das pálpebras ficaram vermelhos de doença, o talhe do corpo tomou-lhe tais gorduras e o peito abandonado e decaído é que dá mostra de contornos” (REDOL, 1945, p.52 e 53).

Já Mestre Feliciano da Barca, há muito não se entedia com a esposa, se ocupava do *ferry*, adoecia vez em quando, pois já não era jovem, e vivia de contar estórias para a afilhada Olinda, “ela ajeitava-se-lhe nas pernas e agarrava-lhe a mão. Mestre Feliciano sorria e continuava (a estória):

“Descuidado na barba e no fato – que não andava ali para agradar a mulheres, – atarracado e largo de ombros, desengonçava-se quando andava. Braços aos sacões, como se não fossem daquele corpo pesado, que mal se movia por

recusa das pernas tomadas de reumático” (REDOL, 1979, p.59).

Olinda e Zé são os Dois únicos filhos dos Carramilos, sendo que Zé continua no saveiro com os pais, e não aceita a idéia de a irmã ir morar com os Barcas, sente que a irmã lhe foi surrupiada e reprova que lhe queiram dar uma educação que acabará por afastá-la de sua verdadeira família. E quando a encontra engrandece a vida nos saveiros. E afirma que eles são uma representação de libertação:

“De vez em quando os pais vinham ao barracão. O Zé chegava com eles. Era já um pedaço de homem, tostado das soalheiras, sempre desconfiado junto dela, sem atinar conversa. Quando ele chegava, ia tomar-lhe a mão para a afagar. Pegou-lhe na mão e levou-a pelo areal. Um saveiro passou e ele falou: Aquilo é que é bom. É como um berço. Agente põem-se num *forfe* aonde quere” (REDOL, 1945, p.65 e 69)

A filha dos Carramilo cresce, a Sr.^a Clotilde projeta então um bom casamento, e já aos dezesseis anos, com os pensamentos longe daquele barracão, ouve uma voz, é a voz do rio, da liberdade, vem à sua cabeça a imagem dos saveiros passando rio abaixo e acima, com aqueles jovens jangadeiros exibindo seus corpos másculos:

“Os anos correram, sem que ela sentisse que a vida passava. Só ela ali mudava. O seu corpo marcava melhor o tempo que o despertador. Estava uma mulher. Os seus olhos eram mais verdes, os seus cabelos mais castanhos. Rijo e alçado, o peito desafiava colheita” (REDOL, 1945, p.73)

É então que Olinda percebe que na sua idade, as raparigas do rio já vivem com homem e após longos banhos no rio, entre as moitas, se entrega ao homem que já escolhera por marido. Tóino da Vala, este não se distingue dos demais Avieiros, é individualista, isolado, meio bruto, impassível nas suas convicções e defensor dos valores tradicionais que aceita sem realizar nenhum exame crítico. É por este pescador que Olinda abandona o barracão dos Barcas e se junta a ele para fazer vida:

“De um saveiro que subia o Tejo, acenaram-lhe a mão. E ela respondeu sem cuidar do arrais. Mas a proa fez-se à praia e pode conhecer o Tóino da Vala, vela já colhida, embalado o barco pelo impulso da maré. Olhou-a sem compreender. Sorriu-se. Ela reparou que ele tinha um bigode loiro, tão loiro que só agora o via. Era um homem, o Tóino da Vala. Ombros largos e peito saliente, mãos sapudas e braços rijos. Tinha um olhar de criança. Eram azuis os seus olhos, duas gotas de água do Tejo que nunca mais secaram” (REDOL, 1945, p.99 e 101)

Dessa união, nasce João da Vala, e bem mais tarde Maria da Vala. João da Vala não fugiu às tradições avieiras, criado no saveiro da mesma forma que o pai e o tio Zé, gatinhava pra lá e pra cá dentro do barco, se mirava na água achando que ali seria outro menino, pulava nas pernas da mãe brincando e sorrindo:

“João da Vala nem de camisa gostava. Queria-se todo nu, a rebolar-se no fundo do barco e a pretender deitar as mãos às moitas quando atracavam às margens. Todo ele se empinava, a abrir e fechar os dedos, porque o roxo dos carapaus e o amarelo dos enleios era a mais linda coisa que ainda vira – não falando do azul do caminho grande, onde lhe apetecia andar sem por as mãos no chão” (REDOL, 1945, p.141)

Assim, logo começou a dar passos. A vida era sempre dentro do saveiro, raras às vezes foi com a mão à aldeia, onde gostava de correr com os outros garotos. Ele gostava quando os pais atracavam o saveiro, “porque só assim poderia correr e saltar, enquanto o rio tudo era monótono por de mais repetido” (REDOL, 1945, p.203). João gostava de ficar na proa a ver passar o rio, porém pela primeira vez, estava quietinho, a mãe veio espreitá-lo. Estava doente. O pai fora buscar a ti Maria do Chico para fazer uma reza, mas o menino não melhorava. João já estava gelado e os braços da mãe não o esquentava. Ela chamava-o para acordar e embalava-o, mas João da Vala já tinha seus olhos fechados e o corpo rijo e frio.

Alguns meses, após a morte de João, nasce Maria, e quando já gatinhava seu pai voltou de Santarém, e logo que se via “solta da cinta e tinha a barriga cheia, gatinhava no carril, falando para os demais cachopos e os outros respondiam-lhe” (REDOL, 1945, p.251). E ao estar no barco com a mãe:

“A Maria arrastava-se no fundo do saveiro e ia espreitar a outra menina que a esperava no espelho da água da caverna. Ela já diz pai e está cada vez mais parecida com este.” (REDOL, 1945, p.272)

Enfim, o tempo passou e Maria se fez mulher, utilizava um lencinho na cabeça para cobrir as trancinhas enroladas, vestia saia rodada e blusa. Ainda vivia com os pais no saveiro, quando sua mãe pôs a mão no ventre e anunciou mais um filho, um irmão que chegaria lá pelas ceifas do trigo.

Olinda e Tóino não andavam em tropa com os outros trabalhadores, a não ser durante a safra do sável. Olinda, durante o tempo em que Tóino serviu ao exército, pensando na exploração que sofriam os Avieiros, encoraja, com paciência, o Avieiro Zé Bogas para a compra de duas ou três redes varinas, para que pudessem trabalhar para si mesmos. O Zé Bogas era um pescador, um pouco rude, porém compreendia o que se passava ao seu redor:

“O Zé Bogas sorria a todos, abraçando os seus, chapéu novo o alto da cabeça, fato preto apurado e gravata cinzenta de nó bem feito.” (REDOL, 1945, p.91)

No Tejo, alguns pescadores trabalhavam para o Zé Malho, que era dono e financiador das redes utilizadas na pesca do sável:

“A companha do José Malho era de poucos homens. Das redes ele ganhava os lances, embora nunca metesse pés no rio, nem as suas mãos se calejavam nos punhos dos remos ou nas cordas. confiava no espanta como em si mesmo. Tinha nascido para mandar e com ele não havia gente que se coçasse. Andava tudo nas horas e só admitia pessoal sem caruncho” (REDOL, 1945, p.167)

Nenhuma rede do Zé malho jamais foi apreendida, pois o Tubarão que era fiscal da pesca criava suas próprias leis, vivia da exploração dos pescadores, impondo-lhes condições inadmissíveis na percentagem cobrada, principalmente na campanha do sável:

“O Tubarão era dono do Tejo e o Espanta o senhor dos homens que não avezavam varina sua. Os Avieiros diziam que nas redes do José Malho o Tubarão fazia parte de dono. O tubarão esqueceu os camaradas e parece até que a amargura do passado só lhe arrefece quando faz aos outros o que em tempos lhe fizeram. Dono do Tejo só ele. Senhor do rio, o seu barco e os papéis onde escrevinha. E as sentenças do Tubarão são mais irrevogáveis que as de Deus” (REDOL, 1945, p.169 e 208)

Tal como Francisco Diogo, de Marés, o *Tubarão*, de Avieiros, é igualmente um traidor de classe. Ex-pescador, içado ao posto de fiscal, é claro que os pescadores sabem que por trás desse traidor, existem forças mais poderosas a vencer, como por exemplo, a Senhora Companhia. Redol, porém não deixa de denunciar, com veemência, os traidores de classe que estas personagens, na sua indignidade representam.

Nesse romance emana pela primeira vez nos escritos de Redol, a imagem de uma mulher do povo, Olinda Carramilo, que movimentará os pescadores, no sentido de confrontarem a cobiça de Zé Malho, financiador das redes de pesca que ajudado pelo fiscal Tubarão, que exploram os pescadores, aplicando-lhes exigências intoleráveis no montante arrecadado, sobretudo na campanha do sável. Aqui também está presente o mundo dos lucros, onde o Avieiro, embora livre, não tem a total posse dos seus lucros, então é aí que Redol:

“falculta-nos um mundo larvado de seres ambiciosos, sem escrúpulos, porque toda atividade comercial, para Redol, se encontra contaminada de um vício básico: é o de que o proveito cai todo no bolso de um, dois ou poucos e não vai beneficiar a comunidade dos trabalhadores que contribuem com as mais-valias para esse ganho” (TORRES, 1979, p.81)

É justamente embasada nessa óptica que Olinda vai estruturar os pescadores em cooperativa para que eles próprios comprem as suas redes e enfrentem toda essa corja de homens cruéis, seus abusos e roubos.

De maneira sutil, porém enfática, Redol constrói o herói positivo no romance *Avieiros*, Olinda Carramilo. Mulher avieira que, como todas as mulheres avieiras, além de ajudar o marido na faina do rio, remando o saveiro, enquanto o marido lança e recolhe as redes e o peixe pescado, trata dos filhos e do barco. É uma mulher batalhadora, que dirige a família e estimula os Avieiros a se juntarem para trabalhar em comum. E é neste romance que se manifesta o discurso de uma mulher da plebe. Porém, ainda é uma mulher subsidiária, inferiorizada e que ainda serve às ordens do marido:

“A minha (mulher) anda sempre direita. Volta na vira...toca. Mulher é pão na canhota e porrada na outra. (Tóino) já por algumas vezes estivera para lhe dar. Mas nunca achara pretexto, que ela era de veludo no trato” (REDOL, 1945, p. 146)

Daí a visão crítica de Redol explicitada na obra. Porém em *Avieiros*, biologicamente falando, Olinda não é mostrada pelo autor como um ser mais fraco, até porque lhe é demandado um trabalho mais ríspido:

“Passara o tempo em que mulher de Avieiro só punha dedos em punho de remos. Ficar como as outras na aldeia a comer de fiado o trabalho do inverno, é que não lhe dava conta. A monda começava naquele dia. Saía Dalí a primeira mulher para o campo, ela ia sem receio. Maria do rio ia na fila, entre duas

gaibéuas, arrastada pelo ímpeto da faina. Quem não pudesse, que arriasse” (REDOL, 1945, p.238 e seg.)

Olinda tem de se adequar à extrema rudeza e trabalho rigoroso, à vida de avieira. Suas mãos ficam escoriadas de remar o saveiro, porque para os homens Avieiros a mulher é fêmea e animal de carga, rudimentarismo aliado às atitudes machistas, que vinha tanto por parte do marido:

“(Tóino) praguejou entre dentes, porque ouvia agora os risos dos outros. Ele pode levantar-se. Abanou-a num frenesi alucinado. – O homem sou eu!... Eu!... Quis quietá-lo. (Porém), ele alçou a mão e espancou-a. Os remos choravam nos toletes os lamentos que aquela Maria do rio não sabia chorar” (REDOL, 1945, p.164 e 165)

Quanto por parte de alguns outros homens:

“(Na safra), só o Escalamão, o Maneta e os três irmãos andavam tortos com os camaradas. – Em rede minha só eu mando. Irem todos em conversa de mulher. Se fosse minha, outro galo cantaria. Mas o Tóino é um acorda...Um parrana. A mim não me pilham eles. Mulheres em negócios de homens. Eu dava-lhe o negócio p’la banda dos queixos.” (REDOL, 1945, p.301 e 312)

Chegará, porém em breve a oportunidade em que Olinda mostrará que a mulher não é secundária ao homem e começar o seu processo de emancipação, e ela não fugirá à luta, nem usará da brutalidade, as armas utilizadas serão a inteligência e a persuasão, para dar vida a uma associação, unir os pescadores em uma companhia à parte. Ou seja, com a formação da companhia de pescadores: “não teriam que trabalhar para a trindade. Os lucros reverteriam, em partes iguais, para todos” (TORRES, 1979, p.82). E em conversa com Manel propõe:

“A paciência não ganha pão, Manel. Eu por mim tanto me faz, que nesta safra não tenho cá o Tóino e para o ano não sei se ainda terei varina. Falo por vossemecês. Quando as coisas correm mal há que lhe procurar jeito para irem melhor. Se a gente não se defende, ninguém cuida da nossa desgraça” (REDOL, 1945, p.286 e 287)

Olinda organizará os pescadores em cooperativa e estes conseguirão comprar as suas próprias redes e defrontar o Zé Malho e o agente odioso que é o *Tubarão*. Ela usará um argumento irrefutável: “É por isso mesmo. Andam-se a guerrear e os almocreves é que ganham. Sempre ganharão com as divisões do povo.” (REDOL, 1945, p.286), para convencer os pescadores, com astúcia e íntimo sentido dos interesses do povo ao qual pertence, a encarar a ganância e a usura do Zé Malho, dono e financiador das redes que, mancomunado com o fiscal Júlio Gonçalves, o *Tubarão*, que se diz dono do rio, exploram e humilham os pescadores, aplicando-lhes duros tributos através de leis abusivas:

“E Tóino da vala chorava. Ele viu o Tubarão levar a rede e não percebeu por que. O Tubarão levava-lhe agora no seu barco as esperanças do Tóino da Vala e da companheira.” (REDOL, 1945, p.212 e 213)

Mas, mesmo resistindo, os pescadores, esses gaibéus do rio, serão alvo de um movimento repressor sem proporções: o Estado, representado pelos fiscais da *Senhora Companhia*, que protege o capital e a voracidade do Zé Malho. E é por isso que o autor vai mais longe, evidenciando os limites da organização dos explorados. E é a voz de Olinda que converte o povo em um herói coletivo, organizados em um grupo compacto capaz de enfrentar, os seus exploradores, homens como o Zé Malho e o Tubarão, que esqueceram suas origens em nome da ganância:

“Tinham ido falar ao José Malho para lhes vender uma varina velha, que as novas não podiam chegar. Aos poucos a companhia alargara. E quando se está à morte não há remédio que não sirva para ganhar um pouquinho de esperança. Sentiam-se ligados ao mesmo destino e olhavam-se agora de modo diferente. A companhia era uma família entregue àquela esperança que inundava o Tejo. Toda a aldeia estava ali a ajudar-se, que o lance era de todos. Esperavam uma ordem para fazer qualquer coisa, que até eles compreendiam que uma certeza nascera no rio. E então a aldeia seria uma só rede e um só esforço. Cairiam as últimas fronteiras erguidas nas paredes de carrocil, por detrás das quais se debatiam ódio” (REDOL, 1945, p.294 e seg.)

Assim, quando Redol coloca Olinda como a única mulher entre um grupo de homens, ele tenta reduzir as fronteiras existentes entre ambos, e é somente assim que se torna possível ela cativar para si o direito de ser tratada como igual, e de suas

palavras serem ouvidas e consideradas, como é o exemplo da proposta da experiência de coletivismo que faz de Olinda uma heroína, a qual transforma a cooperativa em um corpo coletivo, e o povo em um herói coletivo forte e militante, e assim quando começa a safra do sável, os Avieiros se juntam renunciando seu isolamento e se juntando para a empreitada de comprovar aos outros e a si mesmos que não carecem de se mercarem a quem tem capital. E ante uma ou outra resistência, “a experiência do coletivismo vinga. (...) Os Avieiros encontram-se, porém, mais unidos do que nunca” (TORRES, 1979, p.85)

“Nunca outra companhia fora mais visitada. Naquela companhia as mulheres valiam como homens ou talvez mais. Ritmo decorado em todos os corpos eram máquinas agitadas por força irmã. Uma agarra-se ao prumo, onde os homens do ressoeiro tinham prendido o chicote, e sustinha-o a mãos ambas. Outras ajudavam a corda, outras vigiavam as redes nos tendais. Faltava pouco. Não era só o Zé Miguel que incitava a companhia. Todos os homens davam gritos de ajuda a confortarem-se. Os homens arrastavam os cabos da varina, entregues ao mando do Tinoco, que era naquele dia o mestre da companhia repetiam a canção. A vida parecia ter parado a escutá-la. Todos os lances daquele dia tinham corrido bem e o Zé já dissera que a noite havia bailarico para festejar a sorte” (REDOL, 1945, p.302 e seg.)

Desta maneira, surge um corpo social por meio de uma tentativa de coletivismo que obteve bom êxito, que vingou e uniu os pescadores, que agora trabalham no mesmo ritmo. Podemos então concluir que os Avieiros do Tejo conseguiram pelo esforço incessante de um o sucesso coletivo, formando muitos membros em um só corpo, em busca de um mesmo objetivo. As esperanças se renovando, o ritmo decorado, o trabalho já não era tão opressor. Homens e mulheres entregues ao mesmo propósito, agora prevalece a ajuda mútua que vai em busca de uma vida mais digna e humana:

“Naquelas redes não mandava o Espanta, e todos jogavam o mesmo destino, que nas contas não havia lobos nem cordeiros. O trabalho não oprimia e os gritos do Tinoco eram esperanças recolhidas nos peitos. E então a aldeia seria uma só rede e um só esforço. Cairiam as últimas fronteiras erguidas nas paredes de carroicil, por detrás das quais se debatiam ódios. A tragédia de cada um seria amargura de todos. A alegria de qualquer se faria riso comum” (REDOL, 1945, p. 319 e seg.)

O certo é que, os Avieiros, esse feixe de homens e mulheres, pescadores, trabalhadores da borda d'água, servirão ao autor para que este denuncie o capitalismo feroz que se projeta sob a proteção da oratória salazarista. Essa denuncia é justamente o que poderia atrair as resistências possíveis que o povo deveria estabelecer em confronto com o capitalismo. Redol define nas eficazes páginas desse romance, embora restringido pela censura, um rascunho inicial de coletivismo e de combate. É com Avieiros que o autor nos chama a atenção para outro grupo, mais humanizado que os de Gaibéus e os Diogos de Marés. Isto porque em Avieiros os dados se invertem, pois esses são "*Gente já capaz de descobrir um caminho para a sua própria redenção*" (TORRES, 1979, p.68)

CONCLUSÃO

Assim, nos certificamos que tudo o que foi abordado no decorrer deste trabalho sobre o período histórico, o movimento neo-realista e a representação do trabalhador nas obras de Alves Redol, bem como sobre a fortuna crítica utilizada, serviram de embasamento para a compreensão do período, do movimento e da realidade portuguesa, fato este, que foi determinante na elaboração desta atividade. Na obra *Avieiros* que foi trabalhada no último tópico, constatamos que tanto o enredo como a estrutura se desenvolve sob forte influência do Neo-Realismo, em especial a luta por melhores condições de trabalho, ou seja, Redol sustenta como fundamento a luta e emancipação da classe trabalhadora perante os mandantes, para construir sua visão sobre a real situação do povo português, inserido em um período ditatorial, de restrições da liberdade, de censura e de lutas político-sociais. Embora o momento da escrita ocorra em um período de embargo às obras de desaprovação ao sistema, o autor não se intimida e projeta seus escritos em direção à crítica político-social, projetando-as como um instrumento de transformação social, e uma vez que conhecemos todo esse engajamento oposicionista e criterioso em sua produção, podemos firmar que Redol foi um autor que esteve à frente dos movimentos de emancipação, trabalhando para denunciar a alienação e as mazelas dos operários portugueses.

Na elaboração deste estudo, também se fez necessário observar as propriedades constituintes das obras de Redol trabalhadas neste texto, averiguar como estas são fundadas, pois certamente que a meta do autor é aduzir do movimento Neo-Realista, e do socialismo marxista, matéria prima para a construção

de uma renovada e autêntica narrativa, mesclando o social, o político, o histórico, e o filosófico à ficção, obtendo como êxito uma nova configuração às concepções realistas. E nesse novo invólucro são abordadas questões humanas, de trabalho, de família, dos medos, dos conflitos, das lutas, resgatando através dos personagens o ser, o ambiente, a dignidade, a liberdade, enfim, Redol “rehumaniza” o homem, e o torna mais legítimo, fidedigno, e natural em suas origens.

No primeiro tópico, o que levamos em consideração aqui foi dar definição em termos gerais, das peculiaridades da ditadura salazarista e da censura. Também introduzimos particularidades do movimento neo-realista principalmente no que diz respeito à combinação deste movimento e da narrativa dos textos aqui estudados.

No segundo tópico, a questão se dirigiu para a análise de uma nova mirada sobre as configurações das obras realistas, Redol questiona as noções de verdade e de sujeito, por meio das relações humanas, e das lutas de classe. E mesmo que sua narrativa seja ficcional, Redol consegue fundir os discursos da realidade sociopolítica portuguesa aos pressupostos neo-realistas.

Podemos, ainda, considerar que nos escritos de Redol contém certas verdades, como por exemplo, a caracterização de um período e de uma sociedade, por isso é correto afirmar que na relação entre as obras ambientadas no Tejo, no Douro e no mar, as narrativas transitam, de certa forma, entre dois mundos, o dos que exploram - dos patrões, e o dos que são explorados - dos trabalhadores, e ainda temos a relação com o espaço físico e as reações psicológicas, também evidenciadas pelo autor.

Caberia ainda, observar que o enlace entre o mundo do trabalho e a doutrina socialista presente nas obras de Redol, em especial *Avieiros*, está intimamente relacionado à questão das denúncias das mazelas sociais e da busca pela conscientização do leitor. Assim, para fechar esse estudo, estudamos *Avieiros* de evidenciando a os conflitos e a mediação social, pois esta é uma obra de cunho denunciativo e intervencionista, cuja narrativa está carregada de muitas possibilidades interpretativas, e que foram assim definidas e compostas por Redol, com esse propósito.

Deste modo, o que se intentou ao longo deste trabalho foi verificar como Redol apresenta o mundo do trabalho em seus escritos. E ao final de tal trajetória, acreditamos que tal objetivo foi alcançado por meio das leituras e análises das obras

elegidas deste autor, bem como do exame e utilização das referências bibliográficas. Feitos os estudos, nos certificamos que estes contribuíram para o desenvolver da escrita, do pensamento, propiciando a apropriação de concepções, que serviram de alicerce na confecção deste trabalho como um todo.

Portanto, em quaisquer das obras de Alves Redol escolhidas para trabalhar neste texto, é possível verificar que os resultados dos estudos aqui realizados estão em consonância com o tema proposto, e também concluir que todas as narrativas estão em confluência com o movimento neo-realista, com as teorias marxistas, bem como com certos componentes da modernidade, caracterizando retratos fidedignos conforme análise e definição de cada obra em seu determinado contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, J. E. de L. *Nomes próprios, melhoramento e degradação em Uma fenda na muralha*. *Letras de Hoje*, vol. 42, nº 02, p. 83 – 100, junho, 2007. Porto Alegre, ULBRA, 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fale/article/viewFile/2413/1887>. Acesso em: 20/03/2012.

BERGAMO, E. A. *Ficção e convicção: Jorge Amado e o neo-realismo literário português*. São Paulo: Unesp, 2008.

BEZERRA, A.C. *O projeto literário de António Alves Redol e o seu destinatário: nota sobre a aurora do neo-realismo literário português*. *SOLETRAS*, Ano XI, nº 22, jul./dez.2011. São Gonçalo, UERJ, 2011. Disponível em <http://www.filologia.org.br/soletras/22/12.pdf>. Acesso em: 20/03/2012.

CENSURA EM PORTUGAL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2012. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Censura em Portugal&oldid=29720693](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Censura%20em%20Portugal&oldid=29720693)>. Acesso em: 04/05/2012.

ESTADO NOVO (PORTUGAL). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2012. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Estado Novo \(Portugal\)&oldid=30867080](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Estado%20Novo%20(Portugal)&oldid=30867080)>. Acesso em: 04/05/2012.

LOBO, D. *Alves Redol – A escrita contra a sujeição*. *O militante*, nº 315, nov./dez.2011. Lisboa, 2011. Disponível em <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/315/Efemeride/646/>. Acesso em: 25/04/2012.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 22.469, de 11 de abril de 1933. Regulamenta a censura prévia às publicações gráficas. Imprensa nacional da casa da moeda, diário da republica eletrônico. Ministério do Interior - Direção Geral de Administração Política e Civil. I série, n.88, p.654, 11 abr. 1933. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1933/04/08300/06540654.pdf>. Acesso em: 05/05/2012.

REDOL, A. A. *Avieiros*. Lisboa: Inquérito, 1945.

REDOL, A. A. *Fanga*. Lisboa: Europa-América, 1958.

REDOL, A. A. *Gaibéus*. Lisboa: Inquérito, 1976.

REDOL, A. A. *Horizonte Cerrado*. Lisboa: Europa-América, 1974.

REDOL, A. A. *Marés*. Lisboa: Europa-América, 1980.

REDOL, A. A. *Os homens e as sombras*. Lisboa: Europa-América, 1981.

REDOL, A. A. *Porto Manso*. Lisboa: Inquérito, 1946.

REDOL, A. A. *Uma fenda na Muralha*. Lisboa: Portugália, 1959.

REDOL, A. A. *Vindima de sangue*. Lisboa: Europa-América, 1980.

TORRES, A.P. *O movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1983.

TORRES, A.P. *O neo-realismo literário português*. Lisboa: Moraes editores, 1977.